



TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.

TERMO DE REFERÊNCIA nº TLB-REF-2026/00007**OBJETO: Contratação de serviços gráficos, por demanda, para atender às necessidades institucionais da TELEBRAS.****NOTA TÉCNICA / DOD DE ORIGEM: TLB-NTE-2025/00780-A****1.DO OBJETO**

1.1. Registro de Preços com vistas a futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos, por demanda, para atendimento das necessidades da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS, no que se refere à produção de material impresso para fins de comunicação e marketing institucional, relacionamento com públicos de interesse e ações promocionais, conforme Anexo I – Tabelas de Produtos e Serviços:

2.DA FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

2.1. Justificativa para a Necessidade da Contratação:

2.2. A presente contratação se justifica pela necessidade identificada no Documento de Formalização da Demanda presente no processo **TLB-PRO-2025/05452**.

2.3. A presente contratação tem como objetivo atender às necessidades da TELEBRAS no que se refere à editoração e impressão de materiais gráficos. Tais materiais gráficos consolidam-se como instrumento fulcral para o alcance das atribuições da TELEBRAS e do cumprimento de sua missão institucional, na difusão de informações de interesse dos usuários na divulgação e/ou informação.

2.4. As principais ações e programas efetuados pela TELEBRAS necessitam de divulgação tanto para o público interno, quanto em eventos externos. Produzidos sob orientação da Assessoria de Comunicação Social (ASCOM), os materiais gráficos têm linguagem clara e acessível, atuando, desta forma, como canal de comunicação auxiliar as divulgações na internet e de meios de comunicação eletrônicos.

2.5. Visando a padronização dos serviços, os itens foram agrupados em um LOTE ÚNICO.

2.6. Enquadra-se a contratação em tela como serviço comum, o regime de execução é Indireta por Preço Unitário, nos termos da Lei nº 13.303/16.

2.7. O serviço a ser contratado deve atuar de modo constante e contínuo, em apoio às atividades fim da Assessoria de Comunicação da Telebras, a qual compete providenciar a divulgação de matérias relacionadas com a área de atuação da estatal e exercer as atividades de divulgação institucional relativas às realizações da Empresa.

2.8. Ressalta-se que a presente contratação está alinhada aos objetivos estratégicos da Telebras e ao Plano de Contratações Anual (PLAC) com identificação sob o código 1100-GAB PR_14.

3.DA CLASSIFICAÇÃO E DA NATUREZA DOS SERVIÇOS

3.1. O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de serviços comuns, de que trata o art. 93, § 1º do Regulamento de Licitações e Contratos da TELEBRAS.

“§ 1º Consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado, em especial quando:

I. a escolha da melhor proposta recair unicamente no fornecedor que ofertar:

a) o menor preço;

b) o maior desconto; ou

c) a maior oferta de preços.

II. não existir dificuldade de transmitir, pelo Termo de Referência, a complexidade do trabalho ou nível exigido de capacitação;

III. o objeto constituir bem ou serviço de fácil caracterização, sem variações relevantes de especificação ou de execução e amplamente ofertado pelo mercado;

IV. tratar-se de contratação de serviços de execução frequente e pouco diversificada de empresa para empresa.”

3.2. Nesse sentido, a contratação do presente objeto será realizado mediante a modalidade pregão, com base no Art. 32, IV, da lei nº 13.303/16, que menciona a adoção preferencial da modalidade de licitação denominada pregão, instituída pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para a aquisição de bens e serviços comuns. Além disso, será utilizado o Sistema de Registro de Preços, conforme menciona o Art. 52, inciso II, do Regulamento de Licitações da Telebras.

4.DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

4.1. O contrato será regido pelos seguintes instrumentos legais:

- a. Lei nº 13.303, de 30/06/2016 - normas para licitações e contratos em empresas públicas, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- b. Regulamento de Licitações e Contratos da TELEBRAS;
- c. Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021;
- d. Decreto nº 11.462/2023: Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o Sistema de Registro de Preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- e. Outras normas aplicáveis ao serviço.

5.DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A TELEBRAS está localizada em Brasília, Distrito Federal, SIG Quadra 4 – Bloco A – salas 201 a 224 – Brasília/DF - CEP 70610-440.

6.DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS E DA TABELA DE COTAÇÃO DE PREÇOS

6.1. No quadro que integra o Anexo I deste Termo de Referência, cada item da tabela contém o produto e suas respectivas especificações, com o objetivo de esclarecer como serão formuladas as solicitações, assegurando o quantitativo mínimo a ser demandado em cada item por vez, em conjunto ou isoladamente, a saber:



- 6.1.1. Descrição do formato, tipo de material, tipo de impressão e acabamento;
- 6.1.2. Unidade de medida da quantidade do produto por solicitação, que varia conforme o produto;
- 6.1.3. Quantidade a ser demandada por solicitação;
- 6.1.4. Número máximo de vezes que cada um dos itens, com sua respectiva quantidade por solicitação, pode ser demandada em 12 meses;
- 6.1.5. Quantidade anual de cada item, representado pelo resultado da quantidade de vezes que a TELEBRAS demandará cada um dos itens multiplicado pela quantidade do produto por solicitação;

6.2. Os serviços serão solicitados por meio de Ordens de Serviços, em que serão especificados todos os itens a serem executados.

6.3. Contratada deverá dispor de departamento de recepção de arquivos digitais dotada de computadores, equipamentos e softwares de última geração, visando à perfeita execução dos serviços.

6.4. A Contratada deverá atender à legislação geral e específica quanto à armazenagem e descarte de refugos para reciclagem, tais como aparas de papel, chapas de alumínio usadas na impressão, solventes, borra de tinta, e outros materiais, em conformidade com as normas de sustentabilidade editadas pelo Poder Público.

6.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os prestadores de serviço da Contratada e a TELEBRAS, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

7.DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA LICITANTE

7.1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar a qualificação técnica mediante apresentação dos seguintes documentos;

7.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica em nome da licitante, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, onde comprove(m) ter fornecido serviços de mesma natureza.

7.1.2. Caso solicitado, a licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, dentre outros documentos, cópia do(s) respectivo(s) contrato(s), o endereço atual da contratante e a(s) localidade(s) em que foram prestados os serviços.

7.1.2.1. Poderão ser realizadas consultas, a critério do pregoeiro, no intuito de esclarecer dúvidas, mediante acesso a sites, solicitação de informações e documentos.

7.1.3. Declaração própria em que informa seu endereço, bem como atesta que possui suporte administrativo, aparelhamento, condições adequadas e pessoal qualificado, disponível para a execução do objeto da licitação.

8.DA AMOSTRA

8. O Pregoeiro poderá solicitar à primeira classificada, sob pena de desclassificação, amostra dos produtos ofertados, a ser entregue no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da convocação, para avaliação técnica de compatibilidade e adequação às especificações do objeto licitado.

8.1 A amostra apresentada pela licitante não precisa conter o logotipo, símbolo ou qualquer identificação da TELEBRAS, podendo apresentar marca, logotipo ou símbolo de outro órgão, entidade ou empresa para a qual a licitante já tenha prestado serviços anteriormente, desde que o produto seja idêntico ou equivalente ao ofertado no certame.

8.2. O prazo de entrega da amostra poderá ser excepcionalmente dilatado por decisão fundamentada do Pregoeiro desde que haja solicitação formal da licitante convocada através do e-mail licitacao@telebras.com.br em razão de fato relevante e superveniente devidamente comprovado.



8.3. A análise das amostras será realizada pela equipe técnica do Demandante que verificará se os produtos ofertados atendem às especificações mínimas e o padrão de qualidade definidos neste Termo de Referência.

8.4. As amostras deverão ser entregues devidamente identificadas (contendo número do Pregão, razão social da licitante, marca e modelo do produto), na quantidade de até 1 (uma) unidade, na sede da TELEBRAS.

8.5. Caso as amostras da melhor proposta sejam reprovadas, será convocada para apresentação de amostras a autora da segunda melhor proposta e, assim, sucessivamente.

8.6. As amostras aprovadas permanecerão em poder da TELEBRAS até a entrega definitiva do objeto licitado, com vistas à avaliação da conformidade entre a amostra aprovada e o material efetivamente entregue.

8.7. A partir da entrega definitiva do objeto, a licitante poderá retirar a(s) amostra(s) apresentadas no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo da primeira entrega do objeto, no estado em que estas se encontrarem, sem qualquer responsabilidade à TELEBRAS. Findo este prazo, é facultado à TELEBRAS dar-lhes a destinação que julgar adequada.

8.8. Caso as amostras apresentadas não sejam aprovadas pelo órgão técnico do TELEBRAS, a licitante poderá retirá-las no prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da ciência do resultado, no estado em que se encontrarem, sem qualquer responsabilidade à TELEBRAS. Findo este prazo, é facultado à TELEBRAS dar-lhes a destinação que julgar adequada.

8.9. As amostras fornecidas serão passíveis de destruição parcial ou total, devido à realização de testes, e não serão subtraídas do quantitativo total do objeto quando da entrega.

9.DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 Tendo em vista que este Termo de Referência utilizará o MENOR PREÇO como critério de julgamento, a estimativa de preços será sigilosa.

9.2 Ressalta-se que o preço referência é decorrente de pesquisa realizada pela área demandante da solução, assim como, por pesquisa realizada pela Gerência de Compras e Contratos.

10.DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1. Os recursos orçamentários para a presente contratação serão oriundos do Plano Anual de Contratações (PLAC) da TELEBRAS.

11.DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E ACEITE DOS SERVIÇOS

11.1. A Contratada obrigará-se a entregar os serviços de acordo com as especificações constantes deste instrumento, responsabilizando-se pelo refazimento total ou parcial, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, na hipótese de se constatar defeitos na execução ou estiver em desacordo com as especificações adotadas. O fiscal deve, neste caso, comunicar formalmente à Gerência de Compras e Contratos da TELEBRAS, quaisquer ocorrências quanto à execução dos serviços, para anotação e adoção das medidas cabíveis.

11.2. A qualidade dos serviços será mensurada por meio da verificação de resultados obtidos na prestação dos serviços demandados de acordo com prazos, procedimentos e critérios estabelecidos pela TELEBRAS, ficando a Contratada sujeita a penalidades se for identificada inexecução total ou parcial do serviço.

11.3. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados.

11.4. Em hipótese alguma será admitido que a própria contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.



12. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A execução dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da CONTRATANTE, para este fim especialmente indicado, com as atribuições específicas determinadas pela legislação vigente.

12.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

12.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

12.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração, no que couber, dos seguintes aspectos:

- a) a verificação da adequação do material produzido às provas encaminhadas para validação;
- b) os prazos de execução e da qualidade demandada;
- c) os recursos humanos empregados em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- d) a qualidade e quantidade dos recursos utilizados;
- e) a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- f) o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato.

12.5. O representante da TELEBRAS deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

12.6. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da TELEBRAS ou de seus agentes e prepostos.

12.7. Exigir-se-á, juntamente com a nota fiscal/fatura, a apresentação dos documentos relacionados abaixo para conferência e posterior ateste:

- a) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- b) Certificado de regularidade perante Fazenda Pública Federal no tocante à seguridade social, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

12.8. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

12.9. Durante a execução do objeto, o fiscal do contrato deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

12.10. A regularidade fiscal poderá ser verificada pela TELEBRAS através de consulta ao sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. São obrigações da CONTRATADA:



13.1.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência, das especificações previstas na Ordem de Serviço, do briefing e das provas físicas prévias validadas pela Contratante;

13.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à TELEBRAS, devendo ressarcir-la imediatamente em sua integralidade, ficando ela autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada o valor correspondente aos danos sofridos;

13.1.3. Entregar o material no local indicado pela TELEBRAS, na qualidade, quantidades e especificações solicitadas, obedecendo aos critérios de corte, medidas, cores, fotolito e outros detalhes constantes da Ordem de Serviço;

13.1.4. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela TELEBRAS relativos ao serviço contratado, providenciando todo e qualquer ajuste necessário;

13.1.5. Responsabilizar-se por todas as despesas com material, mão de obra, acidentes de trabalho, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, transportes, fretes, equipamentos, seguros, taxas, tributos, contribuições de qualquer natureza ou espécie, salários e quaisquer outras despesas necessárias à perfeita execução dos serviços contratados, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

13.1.6. Atender prontamente as reclamações da TELEBRAS, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos devidos e efetuando as correções e adequações que se fizerem necessárias, assumindo integralmente eventuais prejuízos quando da realização de serviço incompatíveis ao previsto neste instrumento;

13.1.7. Providenciar para que, no ato da entrega dos serviços, os materiais estejam embalados de forma adequada, na quantidade estabelecida na Ordem de Serviço, visando evitar qualquer dano no transporte;

13.1.8. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços avençados, responsabilizando-se, em qualquer caso, única e exclusivamente a Contratada por todos os serviços;

13.1.9. Apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, relatório demonstrativo e/ou comprovação dos serviços realizados, anexando as respectivas Ordens de Serviço;

13.1.10. Apresentar, se solicitado, os trabalhos executados juntamente com os respectivos fotolitos e provas, sendo: 2 (duas) mídias eletrônicas pen drive e 1 (um) pen drive arquivo final completo com fontes e links;

13.1.11. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.1.12. Executar os serviços contratados, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido;

13.1.13. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado, em que se verificarem, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

13.1.14. Orientar os seus profissionais para que observem as normas internas quando acessarem as dependências da TELEBRAS, inclusive com relação à sua identificação;

13.1.15. Apresentar comprovação, caso não possua representação em Brasília/DF por ocasião da licitação, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da assinatura do contrato, de estrutura implantada em Brasília-DF, dotada de infraestrutura adequada, com recursos humanos qualificados, produtos e equipamentos, necessários e suficientes, para o atendimento das necessidades da TELEBRAS em relação aos serviços contratados e manter essa estrutura à disposição durante toda a vigência do contrato;



13.1.16. Manter à disposição da TELEBRAS durante toda a vigência do contrato, o mínimo de 01 (um) representante legal em Brasília/DF, que possua conhecimento técnico na área gráfica e experiência mínima de 2 (dois) anos, para fazer a interlocução com o fiscal da contratação;

13.1.17. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades executadas sem prévia autorização, por escrito, da TELEBRAS;

13.1.18. Guardar sigilo sobre todas as informações e dados obtidos em decorrência do cumprimento do contrato, bem como responsabilizar-se pelo sigilo de todos os documentos produzidos;

13.1.19. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

13.1.20. Comunicar, imediatamente e por escrito, qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar sua execução, apresentando razões justificadoras, que serão objeto de apreciação pela TELEBRAS;

13.1.21. Efetuar a cobrança de cada serviço de acordo com o preço unitário estabelecido na respectiva faixa da planilha anexa à sua proposta;

13.1.22. Adotar práticas de sustentabilidade social e ambiental, no que couber, em conformidade com as determinações da legislação vigente;

13.1.23. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203/2010;

13.1.24. Não utilizar qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.1.25. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146/2015;

13.1.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

14.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. São obrigações da TELEBRAS:

14.1.1. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a CONTRATADA, em conformidade com o Termo de Referência, mediante a apresentação das notas fiscais/faturas;

14.1.2. Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre quaisquer irregularidades observadas durante a prestação do serviço;

14.1.3. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com os termos de sua proposta comercial e deste instrumento;

14.1.4. Conferir a nota fiscal/fatura apresentada, efetuando o seu ateste caso esteja em conformidade com os padrões de informação e qualidade exigidos neste instrumento e na Ordem de Serviço;



14.1.5. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

14.1.6. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um representante especialmente designado, sob os aspectos quantitativos e qualitativos;

14.1.7. Formalizar as solicitações de serviços mediante Ordem de Execução de Serviços, conforme o modelo do documento a ser definido pelo contratante;

14.1.8. Informar à Contratada, por escrito, o nome e a identificação dos empregados da TELEBRAS aptos a encaminharem solicitações para a execução de serviços;

14.1.9. Proporcionar à Contratada todas as facilidades para a perfeita prestação dos serviços;

14.1.10. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço entregue em desacordo com as especificações;

14.1.11. Atestar a nota fiscal/fatura correspondente, após realizar rigorosa conferência dos serviços prestados;

14.1.12. Efetuar o pagamento no preço e nas condições pactuadas, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;

14.1.13. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

14.1.14. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal/fatura fornecida pela Contratada;

14.1.15. Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais, quando cabíveis;

14.1.16. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

a) exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, a exemplo dos serviços de recepção e apoio ao usuário;

b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa contratada; e

c) considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens;

14.1.17. Fornecer, por escrito, as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

15.DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado conforme a execução da demanda, até o 10º (décimo) dia útil, após a apresentação da nota fiscal.

15.2. A nota fiscal/fatura, contendo o detalhamento dos serviços executados, deverá ser entregue à TELEBRAS com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência da data do pagamento.

15.3. A TELEBRAS terá o prazo de até 2 (dois) dias úteis para aprovar ou rejeitar o documento fiscal, a contar da sua apresentação.

15.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor/empregado competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da nota fiscal/fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.



15.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a TELEBRAS.

15.6. Será efetuada a retenção ou glosa do pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada: a) não produziu os resultados acordados; b) deixou de executar as atividades contratadas ou não as executou com a qualidade mínima exigida; c) deixou de utilizar os recursos humanos necessários ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.7. A retenção ou glosa poderá ser realizada no mês subsequente, mediante anuência da TELEBRAS.

15.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.9. Antes de cada pagamento à Contratada será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste instrumento.

15.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da TELEBRAS.

15.11. Não havendo a regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a TELEBRAS deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.12. Persistindo a irregularidade, a TELEBRAS deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

15.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.14. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima da TELEBRAS, não será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF.

15.15. A contratada deverá informar, quando da assinatura do instrumento contratual, o enquadramento tributário a ser dado ao objeto da contratação, para fins de avaliação de sua pertinência pela TELEBRAS.

15.16. Havendo divergência em relação ao enquadramento tributário informado, a TELEBRAS comunicará a contratada, antes da emissão da nota fiscal relativa ao fornecimento ou serviço contratado, para que se utilize do enquadramento tributário adequado.

15.17. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no art. 31 da Lei 8.212/1993.

15.18. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela TELEBRAS, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:



$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

15.20. Findo o contrato, se existente crédito em favor da TELEBRAS que não possa ser abatido de fatura pendente, deverá o valor ser recolhido a esta, mediante depósito em conta bancária específica da Fundação.

16.DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total dos serviços.

17.DO PRAZO DE VIGÊNCIA

17.1. O contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses, a contar da data de sua assinatura.

17.2. A Ata de Registro de Preços terá vigência por um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso (Art. 22 do Decreto nº 11.462/2023).

18.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Nos casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, garantida a defesa prévia e o contraditório, a TELEBRAS, poderá aplicar à contratada, com fundamento nos artigos 82 a 84 da Lei nº 13.303 /2016, as seguintes sanções:

18.1.1. Advertência por escrito: quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

18.1.2. Multa:

18.1.2.1. Compensatória no percentual de 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

18.1.2.2. Moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento) sobre esse valor, ou seja, por até 20 (vinte) dias, fato que poderá ensejar a rescisão do contrato;

18.1.2.3. Compensatória no percentual de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato.

18.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a TELEBRAS, por prazo não superior a 2 (dois) anos, aplicadas às empresas ou aos profissionais quando:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;



- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a TELEBRAS, em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- e) deixar de entregar documentação exigida no edital ou no contrato ou apresentar documentação falsa;
- f) ensejar o retardamento da execução do objeto do certame;
- g) não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato;
- h) cometer fraude fiscal;
- i) demais práticas ilícitas previstas na forma do edital ou no contrato.

18.2. A aplicação de multa não impede que a TELEBRAS rescinda o contrato e aplique as outras sanções previstas neste instrumento.

18.3. Se o dano for superior ao valor da multa prevista no item 17.1.2, a contratada responderá pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela TELEBRAS ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

18.4. As sanções previstas nos 17.1.1 e 17.1.3 do caput poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso 17.1.2.

18.5. O não pagamento da multa aplicada poderá ensejar, ainda, as medidas judiciais cabíveis contra a contratada.

18.6. O prazo da sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a TELEBRAS terá início a partir da sua publicação no Diário Oficial da União.

18.7. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a TELEBRAS importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

18.8. A aplicação das sanções previstas neste regulamento não afasta o pagamento de indenização por perdas e danos e da apuração de responsabilidade, quando cabíveis.

18.9. A aplicação de penalidades observará, ainda, os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, cuja dosimetria das sanções observará a legislação aplicável e as normas éticas da TELEBRAS.

19.DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS SERVIÇOS

19.1. Os prazos máximos para apresentação das provas e entregas dos serviços deverão seguir as determinações abaixo:

19.1.1. Folders, cartilhas e cartões de visita: 24 (vinte e quatro) horas para prova digital e 5 (cinco) dias úteis para impressão e acabamento após o aceite das provas.

19.1.2. Outros serviços: 48 (quarenta e oito) horas para provas gráficas e 10 (dez) dias úteis para impressão /acabamento, digitação, arte final e revisão.

19.1.3. Caso a prova não seja aceita pela TELEBRAS deverá ser apresentada nova prova no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após a indicação por parte da contratante dos ajustes a serem realizados.



19.2. Os trabalhos de impressão e acabamento somente deverão ser executados, após a aprovação das provas apresentadas, pelo responsável das demandas.

19.3 O local de entrega das provas e dos serviços finais é na sede da TELEBRAS, localizada em Brasília, Distrito Federal, SIG Quadra 4 – Bloco A – salas 201 a 224 – Brasília/DF - CEP 70610-440, como consta no item 5.1 deste termo de referência.

20.DO REAJUSTE

20.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de 12 (doze) meses a contar da data da proposta, aplicando-se o índice IPCA, ou outro que vier a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

20.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

20.3. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

20.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

20.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

21.DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

21.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da TELEBRAS à continuidade do contrato.

22.DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

22.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina pelos artigos 72 e 81 da Lei nº 13.303/2016, dos artigos da seção III do Regulamento de Licitações e Contratos da TELEBRAS e demais legislações correlatas, mediante a celebração de termo aditivo.

22.2. A CONTRATADA, desde que haja acordo entre as partes, poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

22.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

23.DAS VEDAÇÕES E PERMISSÕES

23.1. É vedado à contratada interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da TELEBRAS, salvo nos casos previstos em lei.

24. DO FORO

24.1 O foro competente para dirimir questões relativas a esta aquisição é o de Brasília/DF, com exclusão de qualquer outro.

25.ANEXOS



25.1. ANEXO I - Tabela de Especificações de Produtos e Serviços.

25.2. ANEXO II – Instrumento de Medição de Resultados (IMR)

Brasília, 13 de janeiro de 2026.

VALDO ORNÃ DE GUSMÃO JÚNIOR
Especialista Gestao de Telecomunicacoes
Gabinete da Presidência

ROSÂNGELA PATRICIO DA SILVA
Chefe Gabinete Presidência
Gabinete da Presidência

ANDRÉ LEANDRO MAGALHÃES
Presidente
Presidência

